

BOLETIM INFORMATIVO

CAO.EDUCAÇÃO

09.2025



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



CAO
EDUCAÇÃO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
DE EDUCAÇÃO - MPMT



APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

SUMÁRIO

- 04** AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO
- 07** NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS
- 09** NOTÍCIAS DO MPF
- 10** NOTÍCIAS DIVERSAS

EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

Caroline de Assis e Silva Holmes Lins – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação
Patrícia Eleutério Campos Dower – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação
Marcos André dos Santos Júnior – Auxiliar Ministerial

NOTÍCIAS DO MPMT

MPMT lança materiais de combate ao bullying LGBTfóbico nas escolas

O Ministério Público de Mato Grosso (MPMT), por meio do Centro de Apoio Operacional de Educação (CAO Educação) e do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos, Diversidade e Segurança Alimentar (CAO DH), disponibilizou dois novos materiais para o enfrentamento da violência motivada por discriminação em ambientes escolares. O objetivo é combater o bullying LGBTfóbico com a cartilha "Escola Sem Preconceito (ou medo): superando o Bullying contra LGBTQIA+" e o kit de atuação "Combate ao Bullying LGBTfóbico". Os materiais estão disponíveis para consulta e [download aqui](#).



Promotora ministra palestra para gestores da rede estadual de ensino

A promotora de Justiça Claire Vogel Dutra ministrou a palestra "Medidas Protetivas: proteção da vida das mulheres", durante capacitação voltada a gestores e diretores da rede estadual de ensino. O evento integra o projeto "A Escola Ensina, a Mulher Agradece", promovido pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher-MT).

Cáceres tem 10 dias para regularizar transporte escolar

A Justiça acolheu o pedido do Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) e determinou que o Município de Cáceres regularize, em até 10 dias, o serviço de transporte escolar para crianças e adolescentes residentes na zona rural, especialmente nas regiões das fazendas Santa Bárbara, Santa Cruz do Pantanal, Santa Lúcia, São José da Água Verde, Cometa II, Dr. Juliano, Santa Rosa, Vó Maria e demais localidades desassistidas.





MPMT inicia projeto de prevenção à violência com jovens de escolas

O dia 28/08 foi marcada por momentos de conscientização, reflexão e emoção durante o lançamento do Projeto FloreSer e a apresentação do espetáculo Re-Cortes, da Companhia Vostraz de Teatro. Realizado no auditório da sede das Promotorias de Justiça, em Cuiabá, o evento reuniu autoridades do Sistema de Justiça, do Estado e do Município, além de representantes de diversas entidades e mais de 60 estudantes das escolas estaduais Padre João Panarotto (bairro CPA) e Rafael Ruedas (bairro Pedra 90).

Ensino da Lei Maria da Penha nas escolas é defendido pelo MPMT

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT) participou de Audiência Pública que discutiu a implementação da Lei nº 7.143/2023, conhecida como “Maria da Penha vai às Escolas”, em Cuiabá. A legislação prevê que as unidades escolares da rede pública municipal possam adotar atividades extracurriculares voltadas ao ensino de noções básicas sobre a Lei Maria da Penha (Lei Federal nº 11.340/2006), fortalecendo a formação cidadã e o enfrentamento à violência contra a mulher desde a infância.



Estudantes aprendem sobre direitos e deveres no esporte com MPMT

O dia 28/08 foi marcada por momentos de conscientização, reflexão e emoção durante o lançamento do Projeto FloreSer e a apresentação do espetáculo Re-Cortes, da Companhia Vostraz de Teatro. Realizado no auditório da sede das Promotorias de Justiça, em Cuiabá, o evento reuniu autoridades do Sistema de Justiça, do Estado e do Município, além de representantes de diversas entidades e mais de 60 estudantes das escolas estaduais Padre João Panarotto (bairro CPA) e Rafael Ruedas (bairro Pedra 90).

Projeto FloreSer inicia rodas de conversa com estudantes

O Projeto FloreSer realizou, no dia 29/08, sua primeira roda de conversa com alunos da Escola Padre João Panarotto, no bairro CPA IV. Cerca de 35 estudantes do 1º e 2º anos do ensino médio, com idades entre 15 e 16 anos, participaram da atividade, que promoveu dinâmicas voltadas à reflexão e à identificação de formas sutis de violência de gênero, como o ciúme, o controle e atitudes machistas no cotidiano.



Professor é denunciado por recrutar alunos para facção criminosa

O Ministério Público de Mato Grosso, através da 5ª Promotoria Criminal de Sinop, denunciou um professor por envolvimento com uma organização criminosa que atuava dentro do ambiente escolar. De acordo com a investigação, ele teria exercido um papel de liderança no grupo, utilizado arma de fogo para facilitar as atividades ilegais e recrutado adolescentes para participar das ações criminosas, incluindo o tráfico de drogas.



Estudantes de Sapezal pedem pelo fim da violência contra as mulheres

Centenas de estudantes das redes municipal e estadual de ensino participaram do “Arrastão do Bem – Agosto Lilás”, uma mobilização pública de conscientização e enfrentamento à violência contra a mulher. A ação foi promovida por meio de uma parceria entre a Promotoria de Justiça de Sapezal, a Secretaria Municipal de Assistência Social, a Secretaria Municipal de Educação, o Centro de Referência de Assistência Social (CREAS), Polícia Militar, Polícia Civil e Conselho Municipal em Defesa das Mulheres.



NOTÍCIAS DOS MP_s ESTADUAIS

[MPPA emite nota técnica para orientar promotores de Justiça sobre a educação do campo e o combate ao fechamento de escolas](#)

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio do Núcleo Agrário e Fundiário (NAF), Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAODH) e CAO Direitos Sociais (CAODS), elaborou, a Nota Técnica nº 02/2025-NAF/CAODH-MPPA, com o objetivo de fornecer diretrizes aos Promotores de Justiça sobre a atuação junto aos Conselhos Municipais de Educação (CMEs). Para acessar a Nota Técnica, [clique aqui](#).



[Documento com as conclusões do VI Encontro Nacional das Promotoras e Promotores de Justiça da Educação, sediado no MPGO, traz propostas para atuação institucional](#)

Participantes do VI Encontro Nacional das Promotoras e Promotores de Justiça da Educação, realizado na sede do Ministério Público de Goiás (MPGO) nos dias 15 e 16 de agosto, aprovaram, no encerramento do evento, a Carta de Goiânia, com as conclusões do encontro e proposições para atuação na área. Confira [aqui a carta](#) aprovada, que poderá ser alterada por sugestões dos participantes.

[Ministério Público recomenda adoção de medidas para recebimento do Valor Aluno Ano Total \(VAAT\) em Manaus](#)

Para receber o Valor Aluno Ano Total (VAAT), via Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) 2026, o Ministério Público do Amazonas (MPAM) recomendou a adoção de medidas necessárias à habilitação do município de Manaus. A qualificação exige dos municípios o cumprimento de certas condições, como a prestação adequada de contas dos dados relativos aos exercícios financeiros nos sistemas federais.

Educação infantil sem filas: MPMS atua para zerar fila de espera por vagas em creches e pré-escolas



O direito à educação infantil, destinada a crianças de zero a cinco anos, 11 meses e 29 dias é assegurado pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A legislação garante igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, assegurando que todas as crianças tenham a oportunidade de frequentar uma instituição de ensino. A educação nos primeiros anos da infância é essencial para o desenvolvimento integral da criança, abrangendo dimensões físicas, cognitivas, emocionais e sociais, e contribuindo para a formação de bases sólidas para a aprendizagem e o exercício da cidadania ao longo da vida.



MPES promove diálogo sobre racismo e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero no ambiente escolar em Guarapari

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio do Núcleo de Proteção aos Direitos Humanos (NPDH) e da Comissão de Direito à Diversidade Sexual e à Identidade de Gênero (CDDs), promoveu, nessa segunda-feira (18), o evento “Enfrentamento ao racismo e à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero no ambiente escolar”. O encontro aconteceu no Centro de Convenções Sesc de Guarapari, localizado no bairro Muquiçaba.

Após atuação do MPSE, municípios sergipanos regularizam pendências fiscais e asseguram verbas para a educação

O Ministério Público de Sergipe (MPSE), através do alerta e das recomendações publicadas pelo Centro de Apoio Operacional da Educação (CAOp Educação), conseguiu mobilizar todos os municípios sergipanos que apresentavam pendências fiscais relacionadas ao Valor Anual Total por Aluno (VAAT) para regularizar a situação junto aos sistemas federais. A prestação das informações que estavam pendentes garantiu a habilitação dos municípios para receber a complementação-VAAT da União no exercício de 2026.



NOTÍCIAS DO MPF



MPF defende que Acre permaneça como réu em ação para proibir padrões estéticos em escolas militares estaduais

O Ministério Público Federal (MPF) apresentou recurso ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) para garantir que o estado do Acre permaneça no polo passivo da ação civil pública que discute a imposição de padrões estéticos em escolas militares e cívico-militares. Segundo o MPF, a permanência do ente estadual no processo é essencial, porque cabe ao governo do Acre, e não apenas à União, a responsabilidade de manter e fiscalizar os colégios militares locais. [Agravo de instrumento \(recurso\) nº 1030983-23.2025.4.01.0000.](#)

Mais seis municípios capixabas recebem recomendação do MPF sobre o piso salarial dos professores

O Ministério Público Federal (MPF) enviou recomendação a seis municípios do Espírito Santo para que enquadrem os salários dos profissionais da educação básica, na ativa e em efetivo exercício, ao Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) do magistério público. São eles: Alfredo Chaves, Baixo Guandu, Boa Esperança, Fundão, Guarapari e Ponto Belo.



MPF recomenda que plano de redimensionamento escolar em Vila Bela (MT) tenha participação de comunidade quilombola

O Ministério Público Federal (MPF) instaurou inquérito civil para apurar se o plano de redimensionamento da unidade escolar quilombola do município de Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) respeitou o direito da comunidade a ser consultada previamente sobre as políticas públicas voltadas para suas necessidades educacionais. O acompanhamento foi motivado por relato da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), que questionou o plano proposto pela Secretaria Estadual de Educação do Mato Grosso (Seduc-MT) para a única escola quilombola que atende o município.

NOTÍCIAS DIVERSAS



CNMP divulga resultados finais das fiscalizações realizadas em escolas pelo projeto Sede de Aprender

No universo de 2.668 escolas visitadas, aproximadamente 74% não possuem certificado de portabilidade da água; cerca de 54% não têm coleta de esgoto; 17% não possuem água potável; e 6,82% não dispõem de banheiro. Os dados fazem parte do painel dos resultados consolidados das visitas realizadas, de 2 a 6 de junho, pelo projeto Sede de Aprender. [Veja aqui o painel com os resultados das visitas.](#)

Plenário do CNMP recebe proposta de atualização das diretrizes para atuação do MP no financiamento da educação básica pública

O presidente da Comissão da Infância, Juventude e Educação (Cije) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), conselheiro Fernando Comin, apresentou durante a 12ª Sessão Ordinária, proposta de recomendação voltada ao fortalecimento da atuação do Ministério Público no acompanhamento do financiamento da educação básica pública. A iniciativa também busca atualizar e aprimorar a Recomendação CNMP nº 44/2016, diante das alterações normativas ocorridas desde a publicação da norma, em especial a criação do novo e permanente Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), instituído pela Emenda Constitucional nº 108/2020 e regulamentado pela Lei nº 14.113/2020.

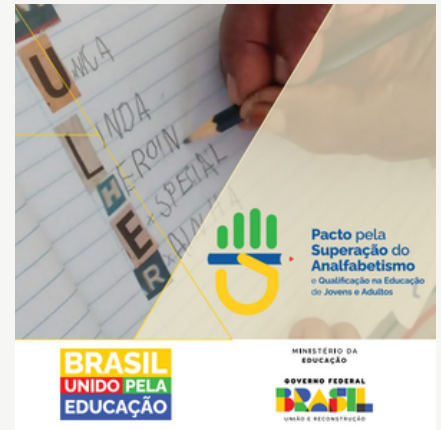


MEC lança curso para formação docente do ensino médio

O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB), tem ampliado as ações do Pé-de-Meia, programa voltado a estimular a permanência de estudantes no ensino médio e a reduzir a evasão escolar. Entre essas iniciativas está o lançamento do Mais Ensino Médio, curso de 180 horas para formação de professores, que une fundamentos teóricos, práticas interdisciplinares e temas contemporâneos, alinhados à proposta pedagógica do programa.

MEC lança material didático para educação popular

O Ministério da Educação (MEC) promoveu em 28 de agosto, webinar para apresentar a coleção de Cadernos Didáticos Trilhas para Alfabetização e refletir sobre o seu uso pedagógico na educação popular. A coleção já está disponível em formato digital na [página de documentos](#) do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos (Pacto EJA).



Tribunal de Contas suspende programa de escolas cívico-militares de MG

O Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE-MG) determinou a paralisação do programa Política Educacional Gestão Compartilhada: Escolas Cívico-Militares, do governo estadual, em sessão do Tribunal Pleno. Em seu voto, o relator determinou que o secretário de Educação preste informações detalhadas sobre a execução atual do programa, "incluindo a situação das nove escolas atualmente em funcionamento no modelo cívico-militar; os custos envolvidos na implementação e manutenção do programa; a forma e origem dos recursos para remuneração dos militares; critérios de seleção e convocação desses militares; os resultados pedagógicos alcançados com base em dados objetivos e evidências técnicas; o planejamento orçamentário para as demais unidades escolares eventualmente contempladas no programa; com a respectiva documentação comprobatória"

Prazo para cobrar complementação do Fundeb é contado mês a mês, fixa STJ

O prazo prescricional para a cobrança da complementação de valores repassados aos fundos que financiam a educação básica no Brasil deve ser apurado mês a mês, e não anualmente. A conclusão é da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, que fixou tese vinculante sobre o tema em julgamento sob o rito dos recursos repetitivos nesta semana.



Tese:

O prazo prescricional da pretensão de cobrança de complementação de recurso relativo ao valor mínimo anual por aluno (VMAA) repassado ao Fundeb/Fundef deve ser apurado mês a mês e não anualmente, por cuidar de hipótese de relação de trato sucessivo que se renova mensalmente, não havendo falar de prescrição do próprio fundo de direito, mas apenas das parcelas relativas ao quinquênio que precedeu a propositura da ação.

REsp 2.154.735 REsp 2.154.746



CAO EDUCAÇÃO

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
DE EDUCAÇÃO - MPMT



MPMT

Centro de Apoio Operacional de Educação

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br